

GT 8 – Pensamento social e político brasileiro

## **REDEMOCRATIZAÇÃO OU TRANSIÇÃO?**

**Uma análise sobre a década que construiu a institucionalidade da Nova República  
(1979-1988) à luz de grandes pensadores brasileiros do século XX**

### *REDEMOCRATIZATION OR TRANSITION?*

*An analysis of the decade that built the institutional framework of the New Republic (1979-1988) in light of the great Brazilian thinkers of the 20<sup>th</sup> century*

Daniel Azevedo Muñoz<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Este artigo debate o conceito de redemocratização – comumente utilizado para descrever o período entre o final do projeto “nacionalista” da ditadura militar e a institucionalização da Nova República (1979-1988) – à luz dos pensamentos sobre a construção de uma sociedade nacional e/ou capitalista, incorporando as bases do conceito de democracia que surgem a partir de uma análise das obras de sociologia política e dos teóricos das relações internacionais, considerando especialmente às críticas possíveis às escolas ocidentais de fundamentação dos ditos padrões civilizatórios. Apresenta-se, em conjunto com a análise de documentos históricos sobre a construção de discursos e consensos na ascensão internacional do neoliberalismo, um debate sobre as aptidões de tais termos e o contraponto de conceitualização que se apresenta através da perspectiva da sociologia brasileira. A metodologia inclui aspectos transdisciplinares e transnacionais e a interpretação da construção do pensamento do período através de fontes midiáticas, debates institucionais, acadêmicos e respostas de cunho nacional ou de classe às pressões internacionais do período. Contrasta-se a construção da nova institucionalidade brasileira com os motes deste período e a velha disputa entre as faces da burguesia nacional, descrita nas obras de Florestan Fernandes, considerando também as disputas de caráter econômico – entre as teorias de dependência, o liberalismo e os preceitos do desenvolvimentismo – e político – anticomunismo, neoliberalismo e apoio local ao imperialismo estadunidense. Compara-se também a situação brasileira com a vivida na dissolução de outros regimes ditatoriais de diversas partes do mundo ocidental no mesmo período – que também sofriam influência direta dos aspectos transnacionais apontados. Palavras-chave: Redemocratização; Transição política; Guerra Fria; Institucionalização; Neoliberalismo.

### **ABSTRACT**

<sup>1</sup> Doutor internacional em História Contemporânea pela Universidad Autónoma de Madrid. Graduado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Universidade de São Paulo e mestre em História Contemporânea pela Universidad Autónoma de Madrid. [danielmunoz321@gmail.com](mailto:danielmunoz321@gmail.com).

*This article discusses the concept of redemocratization – commonly used to describe the period between the end of the Brazilian military dictatorship's “nationalist” project and the institutionalization of the New Republic (1979-1988) – in light of concepts regarding the construction of a national and/or capitalist society, incorporating the foundations of the definition of democracy that emerge from an analysis of the writings of political sociologists and international relations theorists, with particular consideration given to possible critiques of the Western schools of so-called civilizational standards. Along with the analysis of historical documents on the construction of discourses and consensus in the international rise of neoliberalism, a debate is presented on the aptitudes of such terms and the counterpoint of conceptualization that is presented through the perspective of Brazilian sociology. The methodology includes transdisciplinary and transnational aspects and the interpretation of the thought of the period through media sources, institutional and academic debates, and national or class responses to international pressures of the period. The building of the new Brazilian institutionality is contrasted with the mottos of this time and the old dispute between the faces of the national bourgeoisie, described in the works of Florestan Fernandes, also considering the disputes of an economic nature – between dependency theories, liberalism, and the precepts of developmentalism – and political nature – anti-communism, neoliberalism, and local support for US imperialism. The Brazilian situation is also compared with those experienced in the dissolution of other dictatorial regimes in various parts of the Western world during the same period – which were also directly influenced by the transnational aspects mentioned above.*

*Keywords: Redemocratization; Political transition; Cold War; Institutionalization; Neoliberalism.*

Data de envio do artigo: 05/12/2025

## 1 INTRODUÇÃO

Após os três fatídicos dias entre 31 de março e 2 de abril de 1964, quando se instalou um poder militar ditatorial no Brasil, qual foi o momento que definiu o retorno da democracia ao país? A princípio é uma questão simples de ser contestada, sendo a resposta mais usual o dia 15 de março de 1985, quando um civil – José Sarney – assumiu uma vez mais a presidência do país, depois dos governos de cinco generais e de uma junta militar. Mesmo que o conceito de democracia pudesse ser puramente institucional, seria difícil dizer que o seguinte dia a este momento, aquele 16 de março, foi um dia em que o Brasil gozou uma vez mais de um sistema democrático de governo, mesmo nos moldes puramente liberais da terminologia.

Afinal, aquela democracia que se começava a vivenciar neste momento vinha montando-se desde 1979, com a vitória definitiva do projeto de uma reabertura “lenta, segura e gradual” na disputa política militar que havia ocorrido no coração daquele regime, iniciando uma distensão do controle político destes generais, levada a cabo pela própria ditadura, com o

fechar de cortinas do projeto de país que ela tinha desenhado para o Brasil entre os finais da década de 1960 e aqueles anos 1970. Ainda assim, nestes anos de “abertura”, se proibiram muitas manifestações e anseios democráticos por todo o Brasil, seja através de repressão, do terrorismo de extrema-direita ou da supressão de um gigantesco movimento popular que pedia pelo simples direito de votar diretamente para quem ocuparia a cadeira de presidente da nação.

Este voto livre e direto da cidadania brasileira ao cargo de maior chefe do Poder Executivo só viria em 1989, nas primeiras eleições livres e abertas realizadas desde 1960, 29 anos antes. Isso também só foi possível depois de um processo constituinte que ambicionou criar uma nova constituição ao país, substituindo a carta que os militares haviam outorgado em 1967, quando as leis da democracia de características “liberais” – em descrição até da mídia estrangeira – da Constituição de 1946 passaram a atrapalhar demais os seus projetos de controle sobre o país.

Portanto, o real início do que hoje chamamos de Nova República se deu apenas quando os brasileiros já podiam afirmar que escolheram um modelo para o seu futuro, naquele caso, o de Fernando Collor de Mello. Era o regime político que nascia após a dita redemocratização, o termo que se escolhia para definir aqueles anos de escalas de cinza entre 1979 e 1989. O objetivo deste artigo é ampliar o debate sobre este período e questionar se as maneiras como se construiu ao longo dos anos os discursos e as epistemes sobre esse fenômeno de transição política se encaixam também em uma visão transnacional, ancorada nas críticas teorias das relações internacionais e na sociologia brasileira. Debate-se como esse novo modelo de institucionalidade se combinava com as ideias de um sociedade brasileira nacionalista – seja a de modelo varguista ou militar –, além de como a evolução do capitalismo brasileiro se manifestou nesse momento em que a transição interna do modelo de institucionalidade do país se combinou com um período de profunda mudança no cenário internacional, especialmente considerando os moldes da descrita “revolução burguesa” – nem tão revolucionária e tampouco muito burguesa – desenhada por Florestan Fernandes (2020).

Apresenta-se também a evolução dos discursos que moldaram esse período, com base nos documentos da mídia histórica, para assim delimitar os processos de construção de consentimento e consenso que abriram as portas entre os finais da década de 1960 e inícios dos anos 1970 para a ascensão posterior do modelo global neoliberal. Este artigo convida para uma reflexão do quanto este momento de conceitualização geopolítica global afetou os processos de criação de perspectivas e consensos da transição que o Brasil viveu neste período. Por fim, compara-se também como este cenário de criação de consenso internacional afetou outros

países que viviam transições políticas em períodos próximos, delimitando assim quais eram os principais aspectos da influência da diplomacia estadunidense sobre este tipo de neoinstitucionalização de nações ocidentais baixo o seu guarda-chuva de influência direta, seja na América Latina ou na então Europa mediterrânea ditatorial. Estas comparações ajudam também na delimitação de como funcionou a disputa epistêmica em cada um destes locais e como isso afetava não somente os novos regimes democráticos que surgiam, como as suas relações com os Estados Unidos e o bloco ocidental.

Utiliza-se as bases teóricas oferecidas por Fernandes (2020), além das importantes contribuições que se podem acrescentar através dos pensamentos de Francisco de Oliveira (2013), Darcy Ribeiro (1970, 1983, 1975) e das teorias das relações internacionais relevantes a este período histórico, especialmente o realismo, a teoria marxista da dependência e a Escola Inglesa de relações internacionais – esta última, através das suas atualizações críticas do final do século XX e início do século XXI.

## 2 A MORTE CONTROLADA DA DITADURA MILITAR E O INÍCIO DA TRANSIÇÃO

Em 1978, em meio a um bastante público e midiático conflito entre a ditadura brasileira e o ativista democrata então presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, os últimos respiros do que a mídia estrangeira chamava de projeto “nacionalista” dos militares brasileiros pareciam se manifestar. Os generais que governavam o Brasil assistiam à derrota de seus esforços de frear um processo de desestabilização econômica que o país vinha sofrendo já desde que um amigo muito anticomunista sorria para as câmeras ao lado de Emílio Garrastazu Médici. Era o plano de diplomacia monetária (Metri, 2023) de Richard Nixon<sup>2</sup>, que havia permitido que as saídas que a ditadura tentou dar para o problema da dívida externa e do acesso a mercados para os derivados de seu “milagre” fossem neutralizadas (Azevedo Muñoz, 2025). Carter, neste cenário, vinha para dar o “golpe de minerva” moral sobre os generais brasileiros, destruindo qualquer legitimidade política que aquele regime achava que poderia ter devido ao seu tradicional anticomunismo ocidental. A política “intransigente” do presidente norte-americano – como descrevia até o *New York Times* (Hovey, 1976; Onís, 1977; Gwertzman, 1977; Oakes, 1977; Hovey, 1977) – em relação aos direitos humanos era a forma como encontrou de fundar um

---

<sup>2</sup> A citada obra de Metri trata do tema da diplomacia monetária em termos mais amplos, não especificamente sobre o caso da sua aplicação por Nixon. Ainda assim, é essencial para a compreensão do modelo de diplomacia aplicado neste plano inicial do republicano para mudar os aspectos das relações internacionais de Washington com o então Terceiro Mundo.

novo aspecto de padrão civilizatório para deslegitimar que um país como o Brasil tivesse direito de questionar alguma política que provinha de Washington (Renouard, 2016; Donnelly, 1998), já que a ditadura vinha fazendo isso no campo da economia já há quase uma década (Azevedo Muñoz, 2024).

Em sua visita ao Brasil, o presidente estadunidense delimitava os resultados do que poderia esperar de uma das poucas vitórias que teve em sua política externa, com sua “intransigência” seletiva em relação aos países em que os seus conflitos políticos e econômicos andavam juntos – diferente do caso da Argentina e do Chile, o que explica porque Carter não acusou a Jorge Rafael Videla e a Augusto Pinochet da mesma classe de crime que atribuía a Ernesto Geisel (Azevedo Muñoz, 2024). Concluindo os planos deixados por Henry Kissinger, a política externa do seu “rival”, o assessor de Carter, Zbigniew Brzezinski, acabava por garantir que no Brasil o processo de fim daquela ditadura teria moldes comparáveis aos que Kissinger outorgou a países como Espanha e Portugal, anos antes. Os democratas, com tintas mais intervencionistas, deixavam o seu mesmo ato de tutela sobre o processo de transição que o Brasil viveria, pelo curto entreato de poder que tiveram na presidência de Carter.

Quando o governo Geisel entendeu que aquela derrota de seu projeto era inevitável, todas as suas fichas foram levadas a controlar o processo de “abertura”, para garantir assim que o agouro que vinha das falas de Leonel Brizola no exterior não seria o que determinaria os novos rumos que o Brasil tomaria nos próximos anos. Para isso, havia sido muito útil ao general presidente que afastasse os que achavam que tinham um direito manifesto sobre a cadeira que ele ocupava, especialmente o então líder da “linha dura”<sup>3</sup>, o general Sylvio Frota. Assim, Geisel preparava uma saída da ditadura em que o seu principal assessor, Golbery do Couto e Silva, seguiria muito relevante, e, que o novo “líder” daquele regime (o último general que governou o Brasil) seria nada mais que apenas um soldado com uma missão (Azevedo Muñoz, 2024).

Com o retorno aos quartéis visto como urgente, a ideia do fim da ditadura que Geisel criou vinha para permitir que este fechar de caixa fosse feito com o controle dos militares e de maneira muito gradual, o que era uma pequena recuperação de poder por parte da ditadura em

---

<sup>3</sup> O conceito de “linha dura” no militarismo brasileiro é bastante inadequado etimologicamente, pois separa a política militar entre uma linha de supostos “moderados” e esse grupo que se identificava na mídia e nos discursos como a “linha dura”. Contudo, essa diferenciação é enganosa pois não implica que os “moderados” fossem efetivamente menos autocráticos ou violentos em suas políticas de perseguição e abuso durante aqueles anos de chumbo, fazendo com que a separação se dê mais pelo fato de que havia efetivamente duas linhas de aproximação política e econômica competindo entre si durante os anos do monopólio militar sobre o poder político no Brasil. Por esse motivo, e também porque as fontes consultadas tendem a utilizar essa divisão e essa terminologia, esses conceitos serão utilizados apenas de cara a denominações usuais, não como uma confirmação de conceito. Para aprofundar nesse ponto, recomenda-se as contribuições de Maud Chirio (2012).

relação ao que seria um plano ideal Kissingeriano – mal refletido aqui na abordagem de Brzezinski –, de promover a transição do país pelas mãos de moderados de direita, que afastassem os mais acalorados radicais ditatoriais e, especialmente, que negasse às esquerdas (os “comunistas”) toda e qualquer participação no processo de “modernização” do país.

Foi neste momento que os protestos que já ocorriam pela anistia política se tornaram interessantes para o governo militar, já que estavam até aquele momento sendo guiados por forças conservadoras – muitos militares cassados, alguns até anticomunistas e que tiveram pequenos momentos de apoio à ditadura, como era o caso de Pery Constant Bevilaqua. O cálculo feito naquele momento, em que o afã de justiça histórica já vinha crescente na América Latina e a preocupação no Brasil era de que aqueles ventos se manifestariam também no país, foi o de permitir a volta de alguns “comunistas” ao país, em nome de garantir a defesa e a blindagem a todos da caserna. A Lei da Anistia se aprovou então no dia 29 de agosto de 1979, se tornando um ponto de não-retorno daquele plano de “abertura” (Azevedo Muñoz, 2024).

O corta-fogos da ditadura se fez e a transição brasileira se blindava de tomar os rumos que eram tanto indesejados para Washington, como para os próprios militares – estes que previam que os Estados Unidos não se esforçariam muito em suas defesas caso fossem julgados. Foi um plano muito bem executado, muito melhor que os planos de resgate econômico por fomento a superávits que Geisel havia tentado anos antes.

Ainda que para o mais urgente objetivo de controlar a transferência de poder prevista para 1985 esse plano tenha sido um sucesso para ambos os atores interessados citados, das periferias deste processo nascia o que viriam a se tornar as principais expressões sociopolíticas que o Brasil ia ter a partir do “fim da História” da década de 1990<sup>4</sup>. O cenário deixado pela mesma política externa de sabotagem econômica que Nixon havia aplicado sobre o Brasil se tornou o fermento ideal para os temores de uma população que, enfrentando as consequências das contas de um “milagre” morto, optou em 1989 pelo neoliberalismo internacional, ainda que também tenha dado sobrevida política a um projeto de governo de esquerda – de cunho desenvolvimentista em discurso e que viria a rejeitar os ditames do Consenso de Washington (Azevedo Muñoz, 2024). Ecos do conflito delimitado entre as expressões de burguesia brasileira que aparecem na obra de Fernandes também se manifestam claramente neste período, ainda que seu livro referenciasse especificamente um tempo anterior (2020: p. 315-322).

---

<sup>4</sup> Em referência à apressada epistemologia americanófila que tentou cunhar – no calor daquela transição de modelos – o economista nipo-estadunidense Yoshihiro Francis Fukuyama (1992).

### 3 DEMOCRACIA E LIBERALISMO, DITADURA E DESENVOLVIMENTISMO

A escolha da terminologia “redemocratização” para referir-se ao momento de transição política que o Brasil viveu entre 1979 e 1989 convém para evitar o debate de ter que contrastar com o modelo Reaganista as classes de democracia que o Brasil teve antes da ruptura do Golpe Civil-Militar de 1964. Ainda que o país tenha em 1988 desenvolvido livremente uma das mais civilizatórias<sup>5</sup> cartas constitucionais do mundo contemporâneo, aquilo não era a invenção de uma democracia independente de historicidade e temporalidade, como era o usualmente dito nos discursos da politologia e das teorias das relações internacionais norte-americanas e norte-europeias dessa época. Havia parte daquela moribunda ditadura que vivia naquele processo constituinte, assim como parte (minoritária) do varguismo sufocado por esse regime e uma notável parte da nova sociopolítica nacional, que nascia dos novos movimentos sociais da década de 1980.

Internacionalmente, foi visto como um processo mais delicado de transição política aos interesses dos novos ditames de Washington que o que ocorria nas ditaduras mediterrâneas que sucumbiram alguns anos antes. Isso se dava especialmente porque o Brasil já havia a não tanto tempo experimentado uma plena democracia, inclusive uma com aspectos profundamente liberais, ainda que preservando o conceito de que o Estado brasileiro poderia ser um guia de desenvolvimento do país. Era difícil imaginar que Ronald Reagan poderia ensinar ao Brasil como fazer uma democracia liberal sendo que o país na década de 1960 executava um modelo deste estilo institucional melhor que a contrapartida norte-americana, nos moldes do que seria uma liberdade ampla à população e uma manifestação democrática de suas ambições políticas – ainda que num modelo totalmente burguês.

O ponto de debilidade da discussão institucional que o Brasil deveria manter nesse período, passível de ser usado como uma ferramenta dissuasória moral pela diplomacia norte-americana, vinha justamente do fato de que sob as bases da institucionalidade autocrática que morria pelas mãos dos generais de saída se havia também construído uma tentativa de projeto de país – descrito como “nacionalista” pela imprensa internacional –, este que planejou, ao menos discursivamente, sua própria ideia do que seria um salto civilizatório para o Brasil (Azevedo Muñoz, 2025).

---

<sup>5</sup> Embora esteja sendo muito utilizado, o termo “progressista” aqui não seria o mais apto para descrever o impacto que a Constituição de 1988 tem sobre a institucionalidade brasileira, especialmente ao considerarmos uma leitura benjaminiana da história do século XX, combinada com a já citada sociologia de Ribeiro.

O Brasil da década de 1970, especialmente nos anos Médici, não podia ser descrito de maneira distinta à de um país em plena ascensão – ainda que a imprensa internacional evitasse dar este palco à ditadura brasileira, justamente por desde 1968 já saber que se tratava de um regime de brutal repressão social e política (Azevedo Muñoz, 2023). Possivelmente foi também um dos momentos da ditadura de maior consentimento entre a minoria econômica detentora do poder político às bases daquele governo castrense (Martins Cordeiro, 2015).

Esta expressão de poder, que no Brasil da época era pouco discutida e sequer muito reconhecida em sua realidade (para além das retóricas) – em grande parte pelo êxito dos militares em depurar e censurar todo o pensamento do país, da imprensa às universidades –, havia se tornado a melhor ferramenta para a diplomacia estadunidense influenciar no processo de transição no Brasil, igualando quaisquer discursos de cunho desenvolvimentista ou de soberania nacional com um discurso que encontraria eco nas bocas de Médici, Geisel ou Couto e Silva. Assim, mesmo naquele Brasil que sabia que a democracia não precisava ser neoliberal para existir – já que sua experiência histórica o demonstrava isso –, ganhou tração os ideais da Casa Branca de equivaler quaisquer políticas minimamente socialistas ou sociais-democratas com uma ideologia ditatorial, outorgando que a única transição democrática possível necessariamente precisaria aceitar os padrões do neoliberalismo, que agora navegava de vento em popa.

#### **4 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE A DEPENDÊNCIA E OS “PADRÕES CIVILIZATÓRIOS”**

As relações internacionais brasileiras no período de transição vinham da herança deixada pelo “pragmatismo responsável” da diplomacia de Geisel. A formação deste modelo estava diretamente relacionada ao imperativo de Terceiro Mundo que os Estados Unidos haviam outorgado ao país anos antes.

Apesar da amizade pública e dos sorrisos de Nixon ao receber Médici como o único general da ditadura a visitar Washington – em grande parte para tirar uma série de fotos que na mídia brasileira acalmavam as suas elites americanófilas, e na mídia estadunidense democrata eram utilizadas para vender o presidente republicano como frágil e débil –, assim que o governo da ditadura entendeu que os Estados Unidos iriam sabotar o acesso do seu “milagre” aos mercados compradores que ambicionava ter na América do Norte, implementou-se uma política

econômica externa que consistia em expandir as possibilidades do Brasil vender em outros mercados, inicialmente na América Latina e nas nações africanas emergentes daquele período.

Quando Washington percebeu essas manobras da ditadura brasileira, Nixon calibrou a sua abordagem em relação aos países latino-americanos para garantir que o “imperialismo” brasileiro – conforme eles o viam – não incorporasse e controlasse os países vizinhos em uma zona de influência própria, tirando da Casa Branca o “espaço” diplomático que ela tinha na região (Novitski, 1971). O republicano tanto antecipou-se a Médici que, durante a visita do brasileiro a Washington, fez com que algumas escolhas lexicais gerassem um forte desconforto diplomático para Brasília com os países vizinhos (Azevedo Muñoz, 2025).

Com as crescentes dívidas a pagar aos bancos norte-americanos – resultado do êxito do Choque do Nixon e de sua diplomacia monetária (Metri, 2023) –, a ditadura logo percebeu que, se não conseguisse encontrar novos mercados para gerar excedentes com a sua produção industrial, entraria em um ciclo de recessão que destruiria o seu “milagre”. Já pouco simpatizante do regime fascista que se desintegrava internamente em Portugal, os militares avaliaram que era o momento certo para se impor como o principal polo lusófono do planeta, visto que isso também poderia ser outro caminho para em parte resolver as suas aflições econômicas e de falta de acesso a mercados pelo mundo. Assim, Médici abriu caminho para que Geisel pudesse afirmar o Brasil como o principal novo parceiro dos países africanos lusófonos emergentes, que claramente queriam se distanciar de Portugal (mesmo após a Revolução dos Cravos de 1974).

Crescia então uma nova linha de aproximação diplomática, na qual Geisel reconheceria quase imediatamente a soberania das novas nações africanas que estavam surgindo em Moçambique e na Guiné-Bissau, chegando a reconhecer a independência de Angola antes mesmo da União Soviética, que sempre era a principal defensora desses processos de descolonização africana à época. A ditadura brasileira chegou até a apoiar os marxistas angolanos no conflito civil que estava a eclodir no país – ao lado dos soviéticos e contra os Estados Unidos –, pensando nas fatias do mercado interno do jovem país que poderia ganhar com esse movimento diplomático, além da chance de conquistar um novo parceiro comercial para a sua crescente demanda energética de petróleo, um produto que o país ainda produzia em quantidades muito inferiores às que consumia (Azevedo Muñoz, 2026)<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> O apoio brasileiro aos marxistas angolanos do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) veio somente após uma breve consideração da possibilidade de auxiliar o outro bando – mais ocidentalista – no conflito que se desenhou. É inegável, contudo, que grande parte do que movimentou a diplomacia brasileira a escolher este lado naquele conflito – para além das já descritas questões econômicas e geopolíticas que pesaram sobre esta

Naquela época, Brasília chegou a se alinhar com os países árabes contra Israel durante a Guerra do Yom Kippur, em grande parte para evitar o boicote à compra de petróleo promovido pelos países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). O ápice desse imperativo que empurrava aqueles fiéis aliados ideológicos brasileiros de Washington para o Terceiro Mundo veio com as vendas maciças de açúcar brasileiro para a União Soviética e a China, além da normalização das relações diplomáticas com Pequim em 1974, aceitando a política maoísta de “uma só China” (Azevedo Muñoz, 2025).

Após estes esforços diplomáticos da ditadura, o Brasil começou a ser identificado pela imprensa democrata dos Estados Unidos como um possível novo “líder do Terceiro Mundo” (Novitski, 1972). Com o aumento da dívida externa latino-americana, crescia também nessa imprensa e na opinião pública estadunidense o temor de que o Brasil pudesse criar uma espécie de “cartel de devedores” na América Latina, promovendo possivelmente uma onda de moratórias nos pagamentos dos empréstimos desses países aos Estados Unidos (Crittenden, 1976).

Foi a partir desta base que Carter soube trazer o aspecto do “padrão civilizatório” para um perfeito conflito econômico deixado pelos republicanos com a ditadura brasileira, podendo oferecer o “choque” moral sobre o país que já via não ter soluções para remediar o choque econômico que lhe havia sido outorgado. Este exemplo recente da história brasileira demonstra aspectos da teoria do sistemas-mundo em ação, em sua atualização da teoria marxista da dependência (Bambirra & dos Santos, 1977). Contudo, com o adendo importante do aspecto dos momentos de desencontro entre os interesses políticos e econômicos da própria fonte de poder da metrópole global do modelo capitalista, que geraram uma primazia da disputa entre *lobbies*, comprovasse que o pilar do poder precede tanto os pilares econômicos como políticos no processo de construção de uma política imperial de controle sobre outras nações, nos moldes da Teoria do Poder Global (Fiori, 2024).

## 5 A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA E PRÁTICA DO CONSENSO NEOLIBERAL CONTRA O “MILAGRE ECONÔMICO” DA DITADURA

O ímpeto de criar um consenso sobre a ideia de que a liberdade econômica apenas poderia se manifestar em sua plenitude dentro de um modelo de uma democracia liberal era

---

decisão – foi justamente a tumultuada relação com Washington no momento no qual este processo histórico ocorria.

importante de ser recuperada pela diplomacia estadunidense de cara ao problema de opinião pública que mantinham com a crescente repressão de regimes militares do Cone Sul, agora que estes também se apresentavam como “competidores” para a economia norte-americana. O caso mais importante desta inicial crise diplomática de Washington era justamente o brasileiro. Assim, mesmo com as disputas internas de narrativas que se viam impressas nos jornais democratas – ansiosos sempre para derrubar a hegemonia de Nixon sobre a política externa – os discursos de análise e o colonismo apontavam para a reconstrução de um velho idealismo dos anos da Aliança para o Progress, que determinava que um real desenvolvimento econômico apenas poderia nascer de países que gozavam de uma democracia liberal funcional (Azevedo Muñoz, 2024).

A utilidade deste discurso era dual, porque servia tanto para empurrar o Departamento de Estado de Nixon a se ver forçado a repensar sua inicial política de “afastamento” frente à América Latina (Petersen, 1973), como também servia para descreditar a possibilidade de que países como o Brasil ditatorial poderiam de verdade se colocar como uma alternativa de modelo de crescimento econômico no cenário internacional – já que ainda se insistia em chamar o país nas páginas econômicas de “novo Japão” (Azevedo Muñoz, 2025).

How Brazil “goes” has thus become a matter of increasing concern to other American states but also beyond the hemisphere. On the economic front, the direction seems clear. The eight-year rule of the armed forces has at least provided the stability, previously lacking, on which the economic takeoff could be mounted. Some aspects of Brazil’s “economic miracle” are being widely studied even in developed countries – although the gap between the very poor and the rich continues to widen and some of the new capital investment has eliminated jobs instead of creating them.

But the real question in many minds about how Brazil “goes” is political: Is dramatic economic development possible only in a climate of repression, torture, and censorship? When General Médici became President in 1969, he said he hoped to restore democracy before leaving office. But he still hesitates to restore liberty and test his Government in free elections.

[...]

So long as Brazil “goes” in this political direction, its economic progress will remain tarnished and the prospect of its expanding influence in the Americas will be one of concern, rather than comfort, for all who cherish freedom and democracy (“As Brazil Goes...”, 1972)

Insistiu-se por bastante tempo na mídia internacional em tecer comparações do “milagre econômico” da ditadura com os modelos econômicos dos anos de Juscelino Kubitschek, já que não mais cabia bem no discurso o enaltecimento do período de Castelo Branco. Contudo, com a não aderência da opinião pública informada norte-americana a este discurso, os editoriais democratas mudaram a sua abordagem para atacar a administração militar brasileira num ponto onde perceberam causar mais dano: ressaltar a enorme desigualdade social que acompanhava o modelo do “milagre”.

[...] for the fifth consecutive year, the gross national product should exceed 10 per cent in net growth, keeping Brazil among the fastest developing countries in the world.

There are other statistics, however, that are less pleasant. Minister of Finance Antônio Delfim Netto noted recently that only 5 per cent of Brazil's estimated 100 million people benefited from five years of unprecedented economic growth, 45 per cent actually had their standard of living eroded, and the rest live as they did before the boom started.

Because strikes are illegal and labor unions exist only on paper, some 5 per cent of Brazil's 28 million wage-earners receive more than \$150 a month, according to Government figures. The demand for jobs keeps wages low and enables industry to expand rapidly and, equally important, penetrate foreign markets with an ever-widening array of goods at competitive prices (Maidenberg, 1972).

Os correspondentes internacionais destacavam que a “magia” econômica do Brasil só era possível através de muita repressão, incluindo o recorte dos direitos dos trabalhadores e o fomento a um acúmulo desmedido de capital em alguns setores. O discurso passou de criticar a falta de inclusão a apontar que quase metade da população brasileira tinha visto suas condições de vida piorarem. Estes discursos tiveram muita recepção entre os porta-vozes democratas, especialmente considerando que se tratava de um cenário anterior à permissividade de uma violência explícita para aplicar o modelo neoliberal, que veio especialmente a partir do Golpe de 11 de setembro de 1973 no Chile. A base política destes democratas também se alterou com as novas rupturas que se deram em pouco tempo na América Latina que ainda não estava militarizada, entretanto, os pilares econômicos desta ideologia se mantiveram nos discursos até a chegada dos anos Carter.

## **6 A NOVA EXPRESSÃO DA “REVOLUÇÃO BURGUESA” DE FERNANDES**

N'A Revolução Burguesa no Brasil, Fernandes analisa o período militar até os finais do governo Médici, ou seja, sem considerar as últimas consequências econômicas e diplomáticas dos movimentos que a ditadura fez em resposta ao imperativo de Terceiro Mundo que lhe foi dado por Washington. Estas, já extensamente citadas neste artigo, ainda assim demonstram quão acertadas estão as conclusões preliminares do sociólogo, tendo em conta a derrota de cunho social do projeto “soberanista” que os militares tentaram desesperadamente desenvolver, no calor do momento daquela crise. A análise deste período histórico sob lentes transnacionais revelam como, ainda que a ditadura fosse uma gêmea e aliada ideológica da Casa Branca – especialmente nos seus anos republicanos –, acabou por ver-se bloqueada no caminho de emancipação econômica que havia traçado, não importando todos os aspectos capitalistas em forma e construção do plano que tinha.

Fica claro que, para além da necessidade de bloquear o salto civilizatório das massas empobrecidas do Brasil, os interesses norte-americanos não se frearam em bloquear um possível salto civilizatório no país que seria de usufruto exclusivo das elites capitalistas, demonstrando que mais do que defender os ditames do modelo capitalista local, representavam a hierarquia do sistema global de controle capitalista no qual aquele “salto” da tão ímpar burguesia brasileira era tão intolerável quanto a alfabetização das massas do país latino-americano. Ainda que aquela cúpula militar de Médici e Geisel possa ter efetivamente acreditado nos seus ideais “soberanistas” – algo visível inclusive nos confrontos políticos que tiveram com a “linha dura” do regime e com alguns setores civis do *establishment* nacional –, ela não entendeu que apenas a burguesia nacional poderia efetivamente tentar dar aquele salto de soberania para o país. Esta, no entanto, em boa medida repetiu os seus padrões de dependência – considerando os aspectos sociológicos de sua origem tão bem descritos em Fernandes (2020) e Ribeiro (1970) – e recusou-se a participar deste processo de salto, quando percebeu que ele necessariamente envolveria um conflito com Washington.

Além disso, como fica claro nas demonstrações de Fernandes sobre a inserção do capitalismo-monopolista na economia brasileira, acompanhando o processo de industrialização do “milagre” dos militares – mas também em boa parte das tentativas de implantação industrial dos modelos desenvolvimentistas das décadas de 1950 e 1960, antes do Golpe Civil-Militar de 1964 –, havia se posto em marcha tendências econômicas e empresariais já não mais alteráveis por medidas políticas, movendo o país na direção monopolista e impedindo assim que se recuperasse a dimensão de uma economia competitiva (2020).

Em 1964, as características do apoio desta mesma burguesia àquela ruptura eram inescapavelmente de classe (Dreifuss, 1981), sendo inclusive uma forma de garantir aspectos de uma economia de dependência do capital internacional (Bambirra & dos Santos, 1977). Ao observar a forma como esta mesma elite abandonou o barco dos militares quando o conflito com a Casa Branca cresceu, fica claro que se trata uma vez mais de um ímpeto de classe, que supera as possíveis ambições nacionalistas desse setor da sociedade brasileira. Respondendo a essas mesmas intenções, parte significativa desta elite entrou nas linhas da oposição “legal” da ditadura naquele momento, no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com as mesmas intenções já citadas (Azevedo Muñoz, 2024). O final do regime militar acabou por tornar-se um espelho de seu início, marcando o processo de transição que viria pela mesma disputa de classe que se impunha sobre uma transnacional disputa por soberania.

Contudo, uma diferença se manifestou neste período, a criação de uma resposta dialética ao processo de industrialização do “milagre” militar com uma potência mais ampla do que os movimentos sindicais dos períodos anteriores tinham alcançado. Além disso, muito como uma resposta aos cerceamentos das mais tradicionais formas de organização política, esse Novo Sindicalismo que se organizava focava em pautas de cunho mais direto sobre a economia e a sociedade local – talvez para assim minimizar a repressão que viria sobre sua organização. Dessa forma, esse movimento ganhou novas vias de aptidão política e, às margens daquela “abertura” controlada, transformou-se na principal potência político-eleitoral do país a partir da volta das eleições diretas, ocupando posições de destaques em todos os pleitos presidenciais no país até a atualidade.

## **7 A MÃO DE KISSINGER SOBRE AS MORTES DE REGIMES E DITADORES**

O fato de que a transição brasileira tenha começado ainda no apagar de luzes do governo Carter alterou a forma como as diretrizes Kissingerianas se aplicaram a seu caso. A política externa de Brzezinski, mesmo com suas diferenças, acabou chegando a um lugar semelhante ao que teria promovido os republicanos. Cabe ressaltar que regimes que viram os seus fins ainda sob o auspício da Casa Branca republicana tiveram interferências mais diretas para limitar os poderes de grupos esquerdistas nos processos de transição. No caso espanhol, isso se deu na transição acelerada forçada que o país realizou pela morte do ditador Francisco Franco, com os Estados Unidos ativamente tentando promover que a Europa ocidental abraçasse uma transição nos moldes franquistas, abusando da figura do substituto do “generalíssimo”, um monarca da família Bourbon (Casanova, 2025).

No caso português, os esforços norte-americanos não foram medidos para interromper o Processo Revolucionário em Curso (PREC) e promover as necessárias desestabilizações para que aquele 25 de abril da Revolução dos Cravos virasse o 25 de novembro de 1975, especialmente uma vez que os objetivos da descolonização lusitana de seus territórios africanos já haviam sido garantidos (Jiménez, 2009).

Contudo, o caso brasileiro foi o único que sofreu pressões mais precoces da própria Casa Branca para promover uma transição, tendo o seu processo iniciado antes das demais ditaduras vizinhas, por motivos puramente econômicos – ainda que mesmo assim terminou tão tarde quanto os dos países vizinhos. Também por este motivo, o desenho da “abertura” de Geisel se deu no meio da administração democrata, que embora repetisse alguns padrões republicanos,

não colocava tanta ênfase num intervencionismo direto para frear as participações das “esquerdas”. Portanto, este freio veio dos próprios militares brasileiros, que tiveram conflitos com a própria Casa Branca pelo espaço que ela garantia a figuras como a de Brizola – desenhado com tintas de socialista europeu em sua famosa entrevista para o *Voice of America*, disseminada a contragosto da ditadura nas rádios brasileiras. Além disso, o *New York Times* publicava com destaque as andanças políticas do Novo Sindicalismo, imprimindo em suas páginas fotos de Lula já em 1978 (Azevedo Muñoz, 2024).

Essa diferenciação definiu o resguardo de poder sobre a transição que os militares tiveram para além dos desejos do então presidente dos Estados Unidos, algo que o republicano que o sucedeu decidiu tampouco intervir sobre, por julgar que a solução dos militares brasileiros tinha alcançado o mesmo objetivo que teria desejado – ainda que por distintas vias –, já que a seu modo havia também freado a participação de “comunistas” naquela “modernização” do país, abrindo as portas para a democracia neoliberal que viria.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate apresentado neste artigo de nenhuma forma pode encerrar-se no demonstrado nestas páginas, reconhecendo-se que a discussão sobre os aspectos dos matizes de recuperação ou não de uma democracia efetivamente brasileira neste processo de transição política – tão marcado por um concerto internacional de mudanças drásticas – necessita ainda ser vastamente ampliada. Contudo, apresenta-se nesta contribuição uma via metodológica – usando-se do melhor das contribuições da teoria social brasileira e criticamente as aplicando sobre o cenário das humanidades e ciências sociais globais do período – com o intuito de compreender melhor as formações da nova sociopolítica brasileira da década de 1980, inescapável para a compreensão de todo o andamento da Nova República até a contemporaneidade, inclusive considerando a hipótese da ainda relevância e pertinência dos conceitos de Fernandes sobre o perene conflito interno da burguesia brasileira, pouco burguesa e nada revolucionária.

O debate sobre como no Brasil aplicou-se os ideais da diplomacia estadunidense de igualar os conceitos de neoliberalismo com os de democracia é de extrema utilidade para abrir novas vias de estudos sobre aspectos de desenvolvimento, nacionalismo, vias socialistas de poder e o papel do Estado na economia num contexto brasileiro, latino-americano e até do hoje denominado Sul Global. Especialmente neste mundo, que é herdeiro daquele Terceiro Mundo que pautou essa aproximação diplomática republicana, esta que depois acabou por inventar o

consenso neoliberal num momento de crise existencial da própria economia estadunidense, deve-se entender como os países “subdesenvolvidos” foram uma vez mais usados de trampolim para que os Estados Unidos saíssem vencedores de um momento histórico em que se havia decretada morta a sua hegemonia, como hoje volta-se a fazer.

## REFERÊNCIAS

As Brazil goes... **The New York Times**, 10 de julho de 1972, p. 30.

AZEVEDO MUÑOZ, Daniel. De ‘good revolution’ a ‘military dictatorship’: la evolución de la cobertura del New York Times y sus corresponsales en los primeros años de la dictadura militar brasileña (1964-1969). **Historia Actual Online**, v. 3, n. 62, p. 27-45, 2023.

AZEVEDO MUÑOZ, Daniel. **Demócratas, republicanos, presidentes y generales: los discursos de la prensa extranjera y las relaciones internacionales de la dictadura militar brasileña (1964-1985) en relación con la política exterior estadounidense de la Guerra Fría**. Tese de doutoramento. Universidad Autónoma de Madrid, Madrid, 2024.

AZEVEDO MUÑOZ, Daniel. “La política exterior de la dictadura militar brasileña en África: solidaridad de generales anticomunistas brasileños con el marxismo en Angola”. Em NEILA HERNÁNDEZ, José Luis, Misael Arturo LÓPEZ ZAPICO & Aida RODRÍGUEZ CAMPESINO. **Historiar el presente hoy: nuevos sujetos, debates, aproximaciones y temas de investigación en la historia del tiempo presente**. Oviedo: Ediciones Trea, 2026 (no prelo).

AZEVEDO MUÑOZ, Daniel. The Third World Imperative: How Brazil-China Relations Emerge from the Aftershock of Richard Nixon’s Latin American Foreign Policy. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 68, n. 2, p. e021, 2025.

BAMBIRRA, Vania & Theotônio DOS SANTOS. “Brasil: nacionalismo, populismo y dictadura: 50 años de crisis social”. Em GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (Coord.). **América Latina: historia de medio siglo**. México: Ediciones Siglo XXI, 1977.

CASANOVA, Julián. **Franco**. Barcelona: Editorial Crítica, 2025.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CRITTENDEN, Ann. Loans abroad stir worry: US bank write-offs high. **The New York Times**, 15 de janeiro de 1976, p. 1.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DONNELLY, Jack. Human rights: a new standard of civilization? **International Affairs**, v. 74, n. 1, p. 1-23, 1998.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FIORI, José Luís. **Uma teoria do poder global**. Petrópolis: Vozes, 2024.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GWERTZMAN, Bernard. Carter has yet to make a real mark in foreign policy. **The New York Times**, 1º de maio de 1977, p. E5.

HOVEY, Graham. Carter, and morality in foreign policy. **The New York Times**, 28 de dezembro de 1976, p. 22.

HOVEY, Graham. Carter's latin policy: no big pledges but 'honest concern'. **The New York Times**, 28 de setembro de 1977, p. 12.

JIMÉNEZ, Juan Carlos. **España y Portugal en transición**. Madri: Sílex, 2009.

MAIDENBERG, H. J. Latin-American economies take mixed course. **The New York Times**, 10 de julho de 1972, p. 45.

MARTINS CORDEIRO, Janaina. **A ditadura em tempos de milagre**: comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

METRI, Mauricio. **História e diplomacia monetária**. São Paulo, Editora Dialética, 2023.

NOVITSKI, Joseph. Brazil's neighbors watching warily as the sleeping giant stirs. **The New York Times**, 21 de março de 1971, p. 2.

NOVITSKI, Joseph. Brazil's policies shaped at War College. **The New York Times**, 2 de agosto de 1972, p. 10.

OAKES, John B. On-the-spot morality. **The New York Times**, 6 de outubro de 1977, p. 27.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista – O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ONÍS, Juan de. Latin view on rights is that Carter doesn't understand. **The New York Times**, 13 de março de 1977, p. 156.

PETERSEN, Gustav. H. Latin America: benign neglect is not enough. **Foreign Affairs**, v. 51, n. 3, p. 598-607, 1973.

RENOUARD, Joe. **Human rights in American foreign policy**: from the 1960s to the soviet collapse. Filadelfia: University of Pennsylvania Press, 2016.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização**: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

14º

SEMINÁRIO  
DE PESQUISA  
FESPSP

Pensar o Brasil diante  
dos desafios globais

05-07 de NOVEMBRO

---

RIBEIRO, Darcy. **O dilema da América Latina**: estruturas de poder e forças insurgentes. Petrópolis: Vozes, 1983.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório**: etapas da evolução sociocultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.